

## Angola

### Tradição, modernidade e cultura política\*

*Marcelo Bittencourt*

A proposta deste texto é relacionar as ideias de tradição, modernidade e cultura política. A questão a ser discutida é como as diferentes culturas políticas presentes no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) trataram os temas tradição e modernidade. Diante desse objetivo, o recorte temporal vai incidir sobre os anos de 1955 a 1985, balizando um curto período anterior ao início da luta de libertação, ocorrida em 1961 e se estendendo até a primeira década de governo da Angola independente.

Angola foi colônia de Portugal até 1975 e sua luta anticolonial guardou importantes particularidades no cenário africano. Em primeiro lugar, pelo fato de a luta ter obtido uma vitória tardia, assim como a guineense, a moçambicana e a zimbabueana, já que a grande maioria dos países africanos conquistou suas independências entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Em segundo lugar, pelo fato de os movimentos de libertação angolanos não terem conseguido a unificação de seus esforços, o que fez com que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) lutassem contra as tropas portuguesas, mas também entre si, evidenciando a intensa disputa no vasto campo do nacionalismo angolano. Por isso, alguns historiadores afirmam que a guerra civil angolana começou antes mesmo da independência. Complicando ainda mais tal situação, angolanos lutaram tanto pelo exército colonial como pelos diferentes movimentos de libertação, já que, na etapa final da luta pela independência, mais da metade das tropas que defendiam a permanência portuguesa era composta por angolanos.

Iniciado o cessar-fogo, em 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal, que pôs fim ao governo de Marcelo Caetano, o último suspiro do regime salazarista, abrem-

---

\* Este texto reflete os resultados preliminares da pesquisa “O primeiro governo da Angola independente”, ainda em curso.

se as negociações políticas para a independência. Militares portugueses e líderes angolanos dos três movimentos de libertação aprovam a organização de um governo de transição com a participação dessas quatro forças. A alternativa encontrada previa a realização de eleições e a promulgação da independência no dia 11 de novembro de 1975. No entanto, muito antes disso, já em maio de 1975, os embates violentos entre os três movimentos de libertação deixaram evidente a inviabilidade do processo, e uma nova etapa se pronunciou, com uma maior internacionalização do conflito angolano.

Tropas sul-africanas avançaram sobre o território sul de Angola em apoio à Unita, em uma curiosa aliança entre o governo do *apartheid* e um movimento que defendera, em seu início, ideias maoístas. Ao norte, a FNLA alinhou em sua tropa soldados do Zaire, com apoio financeiro estadunidense, armas chinesas e alguns mercenários, incluindo brasileiros. O MPLA, por sua vez, recebeu o apoio de militares cubanos, que tiveram um papel fundamental nos confrontos que garantiram a proclamação da independência da República Popular de Angola.<sup>1</sup>

Como seria de esperar, a independência, em novembro de 1975, não trouxe o fim do conflito entre os movimentos, mas mudou seu enquadramento. Teve início a guerra civil propriamente dita, envolvendo, de um lado, o governo angolano, numa sobreposição quase total com o MPLA, com apoio militar de Cuba e financeiro, político e logístico do bloco soviético; e, de outro, a guerrilha da Unita, com apoio no terreno das tropas sul-africanas e financeiro, político e logístico dos EUA. Ou seja, apesar do enfraquecimento e subsequente desaparecimento da força militar da FNLA, o quadro da internacionalização da guerra, mais do que permanecer, se intensificou.

### **As análises históricas exclusivistas e as novas possibilidades de reflexão**

A sequência de embates militares acabaria favorecendo uma determinada perspectiva de análise histórica que considera os condicionamentos externos — a inserção de Angola no tabuleiro da Guerra Fria — como principais responsáveis, senão únicos, pelos problemas fundamentais que surgiram nos períodos pré e pós-independência.

---

<sup>1</sup> No mesmo dia da proclamação da República Popular de Angola, pelo MPLA, em Luanda, a FNLA e a Unita proclamam a República Democrática de Angola, no Huambo (importante cidade do sul do país). Essa tentativa não surtiu o efeito desejado e o reconhecimento internacional foi dirigido para a independência capitaneada pelo MPLA.

Essa linha de análise também seria reproduzida por atores históricos angolanos, especialmente nos anos 1990, quando se tornou comum que antigos quadros do MPLA afirmassem que nunca foram, de fato, autênticos marxistas-leninistas. Segundo eles, essa ideologia teria sido responsável por grande parte dos problemas enfrentados pelo país, e tal opção, no passado, teria sido motivada apenas pela inexistência de alternativas, dada a configuração internacional existente nas décadas de 1960 a 1980.<sup>2</sup> Ou seja, essa perspectiva se transformou em aliada do MPLA que, dessa forma, encontrou uma justificativa, segundo a qual seus dirigentes teriam uma ingerência muito limitada sobre o atribulado processo de condução do país no período pós-independência. Ao mesmo tempo, essa forma de olhar para Angola, valorizando as interferências internacionais como danosas, auxilia o MPLA na tentativa, até o momento muito bem-sucedida, de resgatar parte da desgastada credibilidade junto à população.

Em outra linha de explicação histórica, os conflitos étnicos são apontados como os grandes responsáveis pelos problemas enfrentados durante e após a luta de libertação. Mais ainda, tais conflitos teriam sido agravados por uma política centralizadora e de preferências étnicas e regionais por parte do MPLA. O maior interessado em defender esse tipo de abordagem foi e continua sendo a Unita, a principal força de oposição ao ainda governamental MPLA. O pressuposto dessa concepção reside na aliança que estabelece entre os movimentos de libertação, hoje partidos políticos, e bases etno-regionais, numa arriscada, por ser automática, transposição de categorias socioculturais para o terreno da política.

O equívoco de se reduzir a formação de todos os movimentos de libertação a uma perspectiva de vinculação estritamente étnica, essencialista, congelada no tempo, esquecendo o componente político-ideológico e os condicionamentos históricos, pode ser percebido com a seguinte pergunta: como entender, a partir dessa perspectiva de fidelidade etnopolítica, a elevada participação de ovimbundos no exército

---

<sup>2</sup> Tal discurso esteve presente em algumas das entrevistas que realizamos em Luanda, em 1995. Mesmo o presidente José Eduardo dos Santos, em entrevista ao jornal português *Expresso*, em 18 de julho de 1992, afirmou que “não se poderia encontrar uma solução justa para a questão interna de Angola sem que fossem afastados, ou mesmo eliminados, os fatores externos”. Quanto ao socialismo, afirmou que “foi uma intenção” que “talvez não tenha passado do papel”.

governamental pós-independência, já que esta é a etnia da maioria dos que apoiavam e apóiam a Unita?<sup>3</sup>

Evidentemente, a influência das condicionantes internacionais e da questão étnica na história de Angola é por demais presente para que se pretenda minimizá-la. O que se pretende é relacioná-la a outros fatores. O pior que pode acontecer, nesse caso, é uma análise exclusivista. De fato, a pouca flexibilidade dessas duas interpretações para agregar novas contribuições e o fato de se concentrarem na explicação dos conflitos armados — e é preciso que se tenha em conta que eles duraram 41 anos (1961-2002) —, até certo ponto congelaram a forma e o foco do olhar sobre a história recente de Angola.

Em uma perspectiva mais ampla, vale acrescentar novas variáveis que incluam os diversos comprometimentos e relações privilegiadas presentes nas trajetórias dos angolanos e que dizem respeito ao bairro em que habitaram, à região militar onde lutaram, à família e até mesmo à opção religiosa ou missão cristã que frequentaram, e que venho agrupando na ideia de vínculos de solidariedade. Essa perspectiva abre novas possibilidades de trabalho e pode ser considerada tributária de um movimento muito mais amplo, que consiste no crescente diálogo entre os temas e abordagens da história política e da história cultural. Diálogo esse que se expressa exemplarmente na categoria de cultura política.

Entendida como uma categoria que possibilita a aproximação de atores individuais e coletivos, segundo seus próprios valores culturais, em determinado tempo e espaço, a ideia de cultura política aqui trabalhada procura perceber, como seria de esperar, o aspecto político muito além dos seus limites formais.<sup>4</sup> Essa ampliação do político pode ser conjugada aos chamados vínculos de solidariedade e aos espaços de sociabilidade, permitindo um olhar bem mais complexo e de mão dupla na relação entre o MPLA, objeto de atenção neste texto, e a sociedade angolana.

Tal perspectiva exige que se olhe para a história contemporânea de Angola a partir de outros espaços, para além dos mais comumente visitados pela história política, incorporando as esperadas leis e discursos, mas ultrapassando tais limites e atentando

---

<sup>3</sup> Seguindo essa lógica, os ovimbundos, maioria na Unita, não apoiariam o MPLA. A argumentação de que essa participação no exército governamental deve-se ao recrutamento obrigatório não é válida para um contexto de enfrentamento militar. Poderia mesmo acarretar o efeito inverso. Dada a obrigatoriedade do alistamento no exército governamental, os ovimbundos procurariam a Unita.

<sup>4</sup> Gomes (2005) e Dutra (2002).

também para a música, a literatura, o esporte, o cinema, as organizações de bairro e as festas.

É preciso considerar que muitas das lideranças do MPLA eram homens de presença marcante no terreno do que convencionamos chamar de cultura: escritores, poetas, professores, cineastas, músicos e compositores. Eram todos militantes do partido, muitos com passagem pela guerrilha anticolonial angolana, que se transformaram em altos dirigentes da nova nação. Como separar política e cultura num cenário como esse? Não é possível esquecer o fato de o primeiro presidente de Angola, embora médico de formação, ser reconhecido internacionalmente como poeta.

### A mobilização e a luta anticolonial inicial

Voltemos, então, ao roteiro e à pergunta fundamental. Como o MPLA tratou as ideias de tradição e modernidade? Como seria de esperar, essa questão permite várias respostas. Não só pela existência de diferentes correntes políticas com avaliações e propostas diversificadas, mas, sobretudo, porque é difícil delimitar como esses agentes compreendiam as categorias de tradição e modernidade.

Tendo esse horizonte à frente, a opção aqui adotada é a de concentrar a análise na forma como os principais dirigentes do movimento de libertação, e depois partido único, trataram a questão. Um primeiro contraste salta aos olhos, tornando necessária uma distinção. Diz respeito à forma como os dirigentes do MPLA trataram as tradições e a modernidade no período anterior e ainda durante a primeira fase da luta anticolonial, em comparação à forma como passaram a tratar as mesmas questões na fase final da luta de libertação e, principalmente, no período pós-independência.

Nesse ponto, a categoria de cultura política é muito útil para se pensar como se processa essa trajetória. Podemos começar questionando: como surge e por quem é formado o movimento de libertação em discussão? A resposta vai indicar situações e posições muito diversificadas, mas certamente ganham destaque os estudantes do nível médio, os trabalhadores do comércio e da função pública em Angola e os jovens universitários em Portugal. Essa composição multifacetada e a partir de polos citadinos diferentes como Lisboa e Luanda, capital da colônia, sinaliza a presença de culturas políticas diversas na sua origem, ainda que todas elas estivessem sofrendo as pressões

impostas pelo regime salazarista. Tal composição condicionaria alguns dos embates que atravessariam a história do movimento e, depois, do partido.

Por outro lado, podemos admitir que essa composição não era de todo surpreendente. As elites políticas das novas nações africanas eram quase inevitavelmente oriundas das áreas de maior contato com a experiência e a exploração colonial, em grande parte urbanizadas, capazes de implementar uma perspectiva nacional, pensar-se como senegalesas, ganesas e angolanas. Exercício ainda difícil de ser feito nos anos 1950 e 1960 pelos africanos ligados ao campo, mais próximos aos laços familiares e étnicos, vínculos fundamentais e quase únicos na sua estratégia de vida e forma de encarar o mundo.

No entanto, o que nos interessa é referenciar, especificamente no caso do MPLA, como o início da contestação anticolonial está associado a uma luta implementada por indivíduos muito jovens e que constróem seus primeiros embates no campo da cultura. A carência de uma vida política que impulsionasse os requisitos mais elementares da prática política deve ser encarada como uma característica muito especial do colonialismo português. Em algumas colônias de dominação inglesa e francesa, mesmo que sejam feitas restrições às consequências e à amplitude de tal postura, existia mais liberdade nessa área, o que certamente imprimiu uma aceleração mais ampla no processo de conscientização dessas populações, refletindo-se, de certa forma, no movimento de descolonização dos anos 1960.

É preciso lembrar a rigidez política do governo português, tanto na metrópole quanto nas colônias. A ausência de vida política partidária e o não reconhecimento da legalidade de forças políticas divergentes do regime reforçaram o aspecto político em outros espaços e ajudaram a moldar uma determinada cultura política. É assim que surgem duas tendências nas associações culturais existentes em Luanda:<sup>5</sup> uma, que poderíamos chamar de reformista, defendia a reivindicação de melhorias no sistema colonial dentro da legalidade, e a outra, mais radical, não acreditava na reformulação do colonialismo e, por isso, lutaria pelo seu fim. Os partidários da posição mais radical, impulsionados pelos indivíduos mais jovens, queriam que as associações abrissem suas

---

<sup>5</sup> Em especial a Associação dos Naturais de Angola (Anangola) e a Liga Nacional Africana. Ambas surgem em 1930, como parte da estratégia das autoridades coloniais de buscar a aproximação do governo geral da colônia com os naturais. Sua atuação estaria voltada para padrões menos reivindicativos e mais “assimilacionistas”, o que só sofreria oscilação e crítica a partir do final dos anos 1950.

portas à massa considerada indígena,<sup>6</sup> para que pudessem realizar uma aproximação de novas bases populares. Passaram a encarar esse espaço como um possível, se não o único, campo de atuação na luta pela conscientização da população africana. Partiram, então, entre outras providências, para campanhas de alfabetização.

Outro caminho escolhido, e que de certa forma tentava driblar a censura e as limitações impostas pela ditadura, foi o da construção de uma visão nacionalista da cultura. O objetivo era recuperar o patrimônio africano, sistematicamente relegado pelas autoridades coloniais ao esquecimento, por meio da fundação de revistas e jornais culturais. O material divulgado por essas publicações acabaria fornecendo importante base para as discussões políticas dos grupos independentistas, muitos já organizados de forma clandestina. É dessa época o aparecimento da revista *Mensagem*, do movimento Vamos Descobrir Angola e do grupo musical N'gola Ritmos, que, por seus sugestivos nomes, explicitam a proposta mencionada. A revista, o movimento e o grupo musical não tinham um programa político de luta contra as autoridades coloniais, mas foram importantes como elementos mobilizadores e de conscientização daqueles que futuramente iriam encabeçar a luta anticolonial.

O que as letras, a poesia e os textos de alguns dos principais dirigentes do MPLA expressavam naquele efervescente contexto? O que escreviam, à época, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Antonio Jacinto, Costa Andrade e Luandino Vieira, presentes em antologias editadas em 1959 e 1962? Exaltavam a culinária regional, os ensinamentos dos mais velhos, as instituições dos diferentes grupos étnicos, as diversas línguas existentes em Angola, a terra angolana, a força dos africanos e das suas tradições. E ainda associavam, em parte, o colonialismo a uma ideia muito ampla de modernidade, que assumia então feições marcadamente negativas, como podemos observar no poema a seguir de Antonio Jacinto:

Naquela roça grande não tem chuva  
é o suor do meu rosto que rega as plantações:

Naquela roça grande tem café maduro  
e aquele vermelho-cereja  
são gotas do meu sangue feitas seiva.

---

<sup>6</sup> Eram considerados indígenas os africanos não *assimilados*, que, na avaliação das autoridades coloniais, não dominavam os códigos culturais europeus. Esse enquadramento de indígena repercutia em diferentes disposições legais, com consequências, sobretudo no que diz respeito ao direito à propriedade da terra e ao recrutamento forçado para o trabalho.

O café vai ser torrado  
pisado, torturado,  
vai ficar negro, negro da cor do contratado.

Negro da cor do contratado!

Perguntem às aves que cantam,  
aos regatos de alegre serpentear  
e ao vento forte do sertão:

Quem se levanta cedo? Quem vai à tonga?  
Quem traz pela estrada longa  
a tipoia ou o cacho de dendém?  
Quem capina e em paga recebe desdém  
fubá podre, peixe podre,  
panos ruins, cinquenta angolares  
“porrada se refilares”?

Quem?

Quem faz o milho crescer  
e os laranjais florescer

Quem?

Quem dá dinheiro para o patrão comprar  
maquinas, carros, senhoras  
e cabeças de pretos para os motores?<sup>7</sup>

Quem faz o branco prosperar,  
ter barriga grande — ter dinheiro?

Quem?

E as aves que cantam,  
os regatos de alegre serpentear  
e o vento forte do sertão  
responderão:  
— “Monangambééé...”

Ah! Deixem-me ao menos subir às palmeiras  
Deixem-me beber maruvo, maruvo  
e esquecer diluído nas minhas bebedeiras

— “Monangambééé...”<sup>8</sup>

Alguns desses jovens poetas e militantes da luta pela independência eram brancos e mestiços, o que pode nos sugerir a necessidade de reforçar a sua africanidade. Mas, certamente, pesava também o fato de estarem em sua maioria mergulhados no ambiente urbanizado e mestiço de Luanda. O fundamental para eles era demonstrar a vontade de conhecer ainda mais a sua terra e suas tradições. O colonialismo, segundo eles, não tinha pretensões de se africanizar. Pelo contrário, teria poluído as boas tradições africanas.

---

<sup>7</sup> Em algumas regiões de Angola, corria o boato de que o óleo dos motores dos automóveis era fabricado com cabeças esmagadas dos negros angolanos.

<sup>8</sup> Freudenthal et al. (1994:147-148). *Monongamba*, do kimbundo, significa serviçal, trabalhador contratado ou carregador.



A ligação entre as associações culturais e a movimentação política subterrânea foi o caminho possível para buscar a conscientização e a organização necessárias para o início da luta anticolonial. Os indivíduos quase sempre eram os mesmos e participavam nas várias frentes, fossem de perfil mais marcadamente cultural ou político. Essa articulação se faria presente também em outros centros urbanos, principalmente mais ao sul, como Benguela e em menor escala no Huambo.

É evidente que a passagem de uma etapa de divulgação cultural para um momento de criação e organização de pequenos grupos de ação política clandestina contou, sobretudo, com a influência do pensamento de esquerda, principalmente de orientação marxista, transmitida aos angolanos independentistas pelos trabalhadores marítimos, pelos exilados do regime e por intermédio de estrangeiros. Pesou também um pensamento católico de esquerda. Parte dessas referências era proveniente do Brasil. O material a que tinham acesso era bem diversificado, desde panfletos e revistas, como *O Cruzeiro* e *Manchete*, até livros de formação política e romances de Jorge Amado e Graciliano Ramos. O que realmente importava era fazer circular, de forma clandestina, publicações que divulgassem autores de concepção marxista.

É, em grande parte, graças a esse ambiente que surgem, tanto em Luanda quanto em Lisboa, os dois grupos que iriam compor no exílio o primeiro núcleo de dirigentes do MPLA. Vale dizer que a expansão de suas ideias para a população angolana foi facilitada pelo crescimento dos musseques,<sup>9</sup> que vinha ocorrendo como consequência da chegada de novos colonos e da imigração interna das populações rurais, fugindo ao trabalho compulsório e às péssimas condições de assistência no interior. Tal situação acarretou a participação, em Luanda, ainda que numa escala pequena, de indivíduos oriundos de outros grupos etnolinguísticos, para além do grupo local de maior enraizamento, o quimbundo. Em conjunto com a atuação de indivíduos brancos e mestiços, essa configuração social mais alargada, em especial quando comparada às limitações de caráter étnico e racial existente nos outros dois movimentos, auxiliaram na fixação da imagem de um perfil nacional dos seus militantes cultivada pelo MPLA.

A existência e a força de outro movimento de libertação angolano nesse início dos anos 1960, a FNLA, formado a partir de bases étnicas bem delimitadas, concentrado

---

<sup>9</sup> Musseques são grandes aglomerações de habitações com condições precárias de saneamento, como congêneres angolanos das favelas brasileiras. A intensificação da presença de colonos empurrou parte das populações nativas da cidade baixa para os musseques.

nas populações do norte da colônia e congregando um grande número de militantes não urbanizados, é outro elemento fundamental para o entendimento da exaltação da africanidade por parte dos dirigentes do MPLA. Tendo nascido ou vivido parte importante de suas vidas nas cidades e, em alguns casos, carregando o estigma de uma pele mais clara, que podia se tornar elemento de suspeição, tornava-se essencial para os quadros dirigentes do MPLA a explicitação de sua opção pela África, pelo seu passado, por suas tradições.

As duas organizações políticas de maior fôlego existentes nesse início dos anos 1960 passavam por um acelerado processo de internacionalização, na tentativa de angariar apoios. A FNLA, buscando a liderança do movimento anticolonial, acusava o MPLA de ser um movimento comandado por mestiços, sem raízes africanas; enquanto o MPLA se defendia alardeando a africanidade de seus poetas e dirigentes, ao mesmo tempo em que acusava a FNLA de estar presa aos limites da etnia.<sup>10</sup>

### A transição

É no prosseguimento da luta que o MPLA começa a apresentar novas leituras sobre o que era Angola e, sobretudo, o que poderia ser Angola. Essa é outra característica que o diferencia dos demais movimentos de libertação angolanos. O MPLA é o único dos três a esboçar o projeto de construção de uma Angola pós-independente

Tal projeto, em especial após a segunda metade dos anos 1960, quando a guerrilha do MPLA começa a alcançar mais sucesso, passa a evidenciar uma radicalização política, que vai se chocar com o anterior discurso de valorização das tradições. O MPLA, pelas entrevistas de seus principais dirigentes, começa a defender a necessidade de construção de uma nova sociedade.

Essa ainda é uma etapa de transição, e o fenômeno pode ser observado não só nas entrevistas, como também num livro didático, preparado por intelectuais do movimento que estavam na base de Argel, para ser adotado nas escolas construídas pela guerrilha. O livro em questão, denominado *História de Angola*, seria reeditado com algumas alterações em 1976, já no período pós-independência, mantendo-se como principal material didático sobre a história angolana até a década de 1980.

No livro, destaca-se a ânsia em afirmar que

---

<sup>10</sup> Convém lembrar que a Unita só seria criada em 1966.

é a unidade cultural do povo angolano que para lá da diversidade se há de encontrar através da história nacional; e nem a existência de reinos governados por Ntotila, Ngola ou Yaka Mwaku podem fazer esquecer a existência de um substrato comum (...) que sobreviveu a toda uma ação corrosiva que procurou aniquilar essa identidade cultural: o colonialismo (Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar de Angola, 1976:7).

Para além do desejo de encontrar uma Angola já angolana ainda no início do primeiro milênio, o que interessa realçar é a entrada em campo de novas ideias, que sugerem novas análises a respeito do passado angolano. Os reinos do Congo, do Ndongo e da Lunda, assim como as relações sociais pré-coloniais, passam a ser analisados tendo em conta os conceitos de classe social e modos de produção. O resultado é que as tradições, consideradas território seguro para fazer frente ao colonialismo e, mais ainda, para auxiliar a construção de uma nova sociedade, sofrem seu primeiro abalo.

### O pós-independência

A mudança de perspectiva quanto à tradição e à modernidade se estabelece de forma definitiva no período pós-independência, quando ganha espaço a ideia de construção do homem novo, que não seria o resultado de uma simples extinção do colonialismo, tampouco de um retorno ao período pré-colonial. A construção da nova nação implicaria o fim das etnias, dos regionalismos, do racismo, da exploração do homem pelo homem e a valorização da organização da sociedade, da ciência e do desenvolvimento das forças produtivas. O tradicional passa a ser visto, em muitos casos, como atrasado e refratário ao novo poder. Surge um descompasso entre uma visão desenvolvimentista redentora e acelerada e as experiências marcadas pelas práticas locais, quando muito regionais.

Angola não seria um caso único. Em muitos países africanos, o resultado desse embate resvalou para uma leitura do passado recente da resistência ao colonialismo que tendeu a desvalorizar os enfrentamentos de caráter local e, muitas vezes, étnico, caracterizando-os como conservadores, tribais, em contraposição à modernidade dos movimentos de libertação e dos partidos políticos que, ao menos no campo do discurso,

e, em muitos casos, só mesmo nesse terreno, explicitavam uma perspectiva nacional.<sup>11</sup> Capitalistas e socialistas, direita e esquerda compartilhavam o mesmo sonho desenvolvimentista no continente africano. A opção mais comum para pavimentar esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes e dando nova forma, com resultados muito próximos a culturas políticas de origens muito diversas.

Em Angola, são lançadas as palavras de ordem “Abaixo o tribalismo” e “Abaixo o obscurantismo”, presentes em inúmeros documentos do partido e do Estado, e em discursos dos mais variados dirigentes. O Departamento de Informação e Propaganda (DIP) lança a Coleção Resistência, publicando discursos e estudos das novas autoridades. Dessa coleção, vale destacar dois exemplos que, só por seus títulos, nos auxiliam a demonstrar o que se passava: *Destruir para construir melhor*<sup>12</sup> e *Destruir o velho para construir o novo*.<sup>13</sup> Nesse último caso, podemos ver que o fervor revolucionário atacou em diferentes campos e alcançou até mesmo o terreno religioso, tão vinculado à imagem das tradições africanas. Em determinada altura do texto, menciona-se a necessidade de afastar fenômenos subjetivos, “como certas religiões anti-humanas e antinacionais, certos feiticeiros (...) cujo objetivo é impedir a marcha para a frente da nossa revolução”.<sup>14</sup>

O distanciamento em relação ao que se caracterizava como tradicional ou que, como tal, era distinguido pelo regime, cresce ainda mais com a transformação do MPLA em partido político. Em 1977, o MPLA seria rebatizado como MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT), adotando oficialmente o marxismo-leninismo como matriz ideológica.

Mas teria essa mudança de abordagem, esse novo discurso, formatado uma nova cultura política entre os dirigentes e militantes do MPLA e a sociedade angolana? Que grau de enraizamento as novas orientações ideológicas conquistaram na sociedade angolana? Essas respostas são o que tenho perseguido ultimamente com o projeto de pesquisa em curso. No entanto, alguns indícios já se apresentam e auxiliam a avaliar a

---

<sup>11</sup> Mamdani, 1998:205-208.

<sup>12</sup> Dilolwa, 1976.

<sup>13</sup> Neto, 1976.

<sup>14</sup> Neto, 1976:19-20.

extensão da difusão dessas ideias pela população que, por sua vez, evidentemente, criou seus mecanismos de defesa e de relacionamento nessa nova conjuntura.

Buscando perceber como se processou o espraiamento do discurso socializante modernizador, procurei investigar as músicas que foram divulgadas no período. A música é um bom caminho para perceber a divulgação do novo projeto político nacional do MPLA, já que ela assumiu grande importância com a extensão do alcance da rádio nacional. Além disso, foram muitas as músicas compostas e gravadas no período pós-independência.

A vida literária da época, em contraste, é em grande parte marcada pela publicação de trabalhos produzidos nos anos 1960 e lançados ou relançados após 1975, consistindo, portanto, um parâmetro menos atualizado. Além disso, em um país caracterizado por altos índices de analfabetismo, a música parece ter mais poder de persuasão do que os livros, tornando-se instrumento mais eficaz de divulgação de ideias e, do ponto de vista do historiador, de avaliação da amplitude desse processo.

Os títulos de algumas dessas músicas mais uma vez auxiliam em nossos objetivos: *A luta continua*, *Rumo ao socialismo*, *Rumo à independência total*, *Serás livre mãe*, entre outras.<sup>15</sup> Em muitas delas, as marcas são o desejo e a certeza de um futuro melhor, um futuro socialista, que romperia as amarras do colonialismo, mas também da tradição representada pelos poderes locais ou pelas crenças religiosas. A luta socialista contra o obscurantismo e o tribalismo era também uma luta contra a tradição.<sup>16</sup>

Destaquei aqui uma dessas músicas pelo seu conteúdo didático e por sua popularidade à época. *As cinco sociedades* foi composta por David Zé, e, em determinado momento, afirma:

Desde o comunismo primitivo  
O homem aderiu à sociedade  
Mas a ambição dos homens  
Fez com que aparecessem outras classes

---

<sup>15</sup> *Rumo ao socialismo*, *Rumo à independência total* e *Serás livre mãe* foram gravadas por Mario Silva, Kisangela e Jorge Varela, respectivamente, e fazem parte do LP *Rumo ao Socialismo* — República Popular de Angola. *A luta continua* foi gravada por David Zé em 1976, no LP *A Luta Continua*.

<sup>16</sup> Foram consultadas dezenas de LPs da coleção particular de Carlos Teles, que gentilmente nos permitiu a digitalização das imagens das capas, letras e das próprias músicas. Esse material está disponível no site do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[www.historia.uff.br/nec/](http://www.historia.uff.br/nec/)>.

Apareceu a classe escravagista  
A classe feudalista  
A classe capitalista  
E daí então o imperialismo  
O explorado, sentindo a necessidade da liberdade  
Pegou em armas e luta  
Portanto, a luta continua  
E a vitória é certa!  
Quando acabar a exploração em Angola  
Eu poderei dizer então bom dia camarada  
A paz vê reunir de todas as cores  
Seja preto branco ou mulato  
Com o MPLA a reação não passará<sup>17</sup>

Na letra em questão, é indiscutível a força da ideia de futuro, de rompimento com o passado escravagista, feudalista e colonial. E o timoneiro desse percurso seria, e só poderia ser, o MPLA.<sup>18</sup>

Interessa frisar com muita atenção que, ainda que o tradicional não estivesse mais em alta e o tribalismo e o obscurantismo fossem atacados frontalmente como os principais inimigos do regime, as nomeações políticas continuavam obedecendo a uma contabilidade etno-regional e racial que todos conheciam bem. O que favorece tecer uma análise sobre a distância entre o discurso socializante e a prática política cotidiana, que mantinha o uso de categorias e critérios taxados por aquele discurso de retrógrados e obscurantistas. Tal fato permite, ainda, supor que a utilização de um vocabulário político marxista-leninista pelas populações urbanas podia ser uma estratégia para o alcance de favorecimentos, cargos públicos ou simplesmente oportunidades, sem que isso significasse a destruição de culturas políticas que antecederam à independência e mesmo a adoção do socialismo pelo regime angolano.

### As trajetórias e o espaço de discussão da tradição e da modernidade

E como ficaram as trajetórias individuais? Como se acomodaram aqueles homens que atuavam no terreno da cultura no período da luta anticolonial? Em sua maioria,

---

<sup>17</sup> Letra e música de David Zé, 1976, LP A Luta Continua.

<sup>18</sup> Ainda que as disputas sobre seu controle permanecessem. O próprio compositor foi assassinado na tentativa de golpe de estado ocorrida em maio de 1977.

continuaram no MPLA. Os que ficaram pelo caminho saíram do movimento e, depois, do partido, em virtude de choques políticos de grandes ou pequenas proporções, em que a perspectiva quanto à tradição e à modernidade não parece ter assumido qualquer protagonismo. As dissidências mais graves, como a de Viriato da Cruz, em 1963; a Revolta Ativa e a Revolta do Leste, em 1974; e o golpe tentado por Nito Alves, em 1977, foram pautadas por tentativas de mudança da liderança, com contrastes de grau e filiação no tocante à postura socialista modernizante.

Antigos quadros do que temos chamado de terreno da cultura preencheram postos importantes na direção da Televisão Popular de Angola, no *Jornal de Angola* e no Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA. Muitos daqueles homens acabariam se concentrando no Ministério da Cultura e quase todos teriam acento na União dos Escritores Angolanos.

E sua leitura da tradição? Seria totalmente apagada pela nova configuração político-ideológica? Creio que não. O que podemos perceber, até o momento, pelas obras realizadas no período e pelas poucas entrevistas obtidas, é que esses homens tenderam a construir uma imagem congelada da tradição. Pode-se dizer que o tradicional foi aproximado do folclórico, no sentido de distanciamento do cotidiano, do vivido. O que, se não necessariamente representa um ataque aos costumes e tradições, certamente os desqualifica como maneiras de enxergar o mundo, tecer relações e atuar politicamente.

Os filmes elaborados no período, os documentários televisivos e as matérias jornalísticas assumiram um tom de confrontação entre o que seria o tradicional e o que seria o moderno. Os documentários para a televisão, mais baratos e afeitos às pretensões do regime, trataram dos povos pastores do centro-sul e dos pescadores do norte, como se vivessem num outro mundo, num outro tempo. A Angola supostamente real aparecia nos filmes sobre o Carnaval e, sobretudo, na série de episódios sobre o operariado.<sup>19</sup>

Tais leituras acabaram por transmitir a ideia de um embate visceral e intransigente entre as forças da tradição e da modernidade, fruto muitas vezes da simples inserção dos dois termos na mesma frase. No cotidiano das populações, ao contrário, tradições e modernidades pareciam conviver sem grandes conflitos. Afinal, os angolanos viviam um momento de grande turbulência e contavam com um arsenal de

---

<sup>19</sup> Abrantes (1986) e Cinemateca de Angola (2005).

ideias e relações sociais herdadas do passado, que podiam se conjugar, quando necessário, aos discursos e instituições recentes.

Para finalizar, caberia destacar um aspecto muito interessante, que diz respeito às críticas ao regime que surgiram nos anos 1980. Elas vieram de dentro do próprio regime, como seria de se esperar em um contexto de partido único e de guerra civil, que dava lugar, facilmente, a uma lógica de exclusão do tipo “se não apoia o MPLA é porque está contra ele”. Essas críticas começaram, uma vez mais, pelo terreno da cultura, especialmente da literatura, já que as instituições propriamente políticas não davam margem a grandes questionamentos. A trilha seria, então, a valorização da tradição, pela denúncia do descompasso entre as novas orientações socialistas, modernizantes, e as vivências tradicionais.

## Referências

ABRANTES, José Mena. *Cinema angolano*. Um passado a merecer melhor presente. Luanda: Cinemateca Nacional, 1986.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. Disponível em: <[www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897](http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897)>. Acesso em: 1 set. 2009.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda: República Popular de Angola/Ministério da Educação, 1976.

CINEMATECA DE ANGOLA. *Coletânea do cinema angolano*. Luanda: Ministério da Cultura, 2005. (7 filmes)

DILOLWA, C. R. *Destruir para construir melhor*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda, 1976. (Coleção Resistência, n. 5).

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Vária História*, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.

FREUDENTHAL, A. et al. (Orgs). *Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*. Angola e São Tomé e Príncipe. Lisboa: Acei, 1994. v. 1.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.



HODGES, Tony. *Angola. Do afro-stalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais, Portugal: Principia, 2002.

ILIFFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera. O fundamental e o acessório na crise africana*. Porto: Afrontamento, 1997.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

MESSIANT, Christine. *1961. L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Tese (Doutorado) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1983

NETO, Agostinho. *Destruir o velho para construir o novo*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda, 1976. (Coleção Resistência, n. 5.)

TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. 2 v.